

Apresentação

Educação Inclusiva

*Kátia Regina Moreno Caiado**
Organizadora

O tema Educação Inclusiva, que se constitui no elemento que articula o presente Dossiê, anuncia muitos desafios. Aliás, antes de tudo, temos aqui um dilema! Como assim educação inclusiva se educação é um direito social e, portanto, de todos?! Se de todos, caberia ter excluídos para que se justificasse ser inclusiva?! Pois é... ainda temos um longo percurso de lutas sociais para que a educação seja um direito universal garantido efetivamente, ao invés de inclusiva.

No Brasil, durante a Assembléia Nacional Constituinte em 1987, movimentos organizados de luta pelos direitos debateram propostas de avanços políticos, econômicos e sociais para um país pós ditadura civil-militar. Inclusive grupos de pessoas com deficiência apresentaram uma pauta para conquistas a uma vida digna em todas as suas dimensões (LANNA JUNIOR, 2010)¹. Grafada em lei se abria novo patamar de luta: a sua implementação.

Porém, em 1994, já sob a égide neoliberal, a Declaração de Salamanca, reconhecida pelo Brasil, anunciava a educação como inclusiva, não mais a educação como um direito universal. Assim, a partir da década de 1990, no novo ideário liberal, a educação para todos é proposta a partir da lógica do mercado, sendo que em nosso país, o estado estava cortando ainda mais os poucos recursos que historicamente a elite brasileira destinou para a educação pública.

Mas... como resolver essa aparente contradição? No momento em que se vive o estado mínimo, as pessoas com deficiência terão direito à matrícula nas escolas públicas? Aparente contradição... pois, a lógica do capital trilha sempre o caminho de maior acumulação. Se na década de 1970 computava-se que os gastos do estado eram mais altos quando as pessoas com deficiência estavam em casa, cuidadas pelas famílias, na década de 1990, estudos econômicos promovidos pelo Banco Mundial concluíram que manter as pessoas com deficiência em instituições especializadas tem maior custo do que colocá-las em escolas públicas (OMS, 2011).

Simplifico nesta Apresentação uma trama muito mais complexa, pois aqui apenas quero registrar que os desafios colocados para alcançarmos o direito à educação escolar para todas as pessoas com e sem deficiência se iniciam no

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar, *campus* Sorocaba. Email: caiado.katia@ufscar.br

¹ LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). *História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

posicionamento claro sobre um projeto de sociedade e de educação, que está em jogo neste debate.

A propósito disso, a revista *Crítica Educativa*, em seu segundo número, traz o Dossiê sobre a temática da educação inclusiva, composto de textos que versam sobre parte da pluralidade de temas e problemas que, atualmente, instigam pesquisadores na área.

No primeiro artigo do referido Dossiê, os leitores terão a oportunidade de encontrar o texto *A educação especial em Angola, Moçambique e Brasil: marcos históricos e a política de educação inclusiva das agências multilaterais*, de autoria de Luiz Alfredo Chambal, docente da Universidade Pedagógica de Moçambique (UP), Heulalia Charalo Rafante, da Universidade do Ceará (UFC) e Sérgio Cristóvão Selingardi, professor da rede municipal de Mariana, MG. Os autores trazem elementos importantes à análise sobre a implantação da Educação Inclusiva em três países tão próximos e tão singulares.

Em seguida, Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves, da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Sílvia Márcia Ferreira Meletti, docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Natália Gomes dos Santos, mestranda em educação na UEL, apresentam no artigo *Nível instrucional de pessoas com deficiência no Brasil*, uma importante análise de dados do censo demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e mostram os altos índices de analfabetismo entre pessoas com deficiência em nosso país.

Rogério Drago, professor da Universidade do Espírito Santo (UFES) e Douglas Christian Ferrari de Melo, doutorando em Educação na UFES, apresentam um tema polêmico, cujo debate recente no país levantou grupos organizados em defesa de princípios e interesses conflitantes na área, *Hegemonia e senso comum na visão gramsciana: instituições especializadas e a meta 4 no PNE 2014-2024*.

Na sequência, Ivone Rodrigues Santos, mestranda em educação na Universidade Federal de Goiás (UFG) e Régis Henrique dos Reis Silva, docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com o artigo *Implicações da política de educação especial na construção da identidade docente* tecem uma significativa reflexão sobre as consequências da política atual que resultam em um sentimento de desvalorização e perda da identidade profissional entre os profissionais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Edson Pantaleão, docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Núbia Rosetti Nascimento Gomes e Elaine Carvalho, mestrandas em educação da UFES, dialogam com Norbert Elias no texto *Interdependência na figuração família-escola na inclusão do estudante com deficiência*.

O ensino superior e a educação básica são contextos das demais investigações. Taísa Caldas Dantas, professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPb) apresenta *Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um*

olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia. Na educação básica temos os focos em várias etapas e modalidades. Elisabeth Rossetto, docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Tiarles Mirlei Piaia, mestranda em educação da Unioeste, no artigo *A escola de educação básica na modalidade de educação especial no estado do Paraná*, mostram que a Secretaria Estadual do Paraná teve que retroceder na mudança que promoveu em escolas especializadas, de caráter privado e filantrópico, para escolas de educação básica de caráter público com poder de certificação, ao se constatar o grande percentual de reprovação de crianças, jovens e adultos institucionalizados.

Em *Desafios da didática diante das políticas de inclusão*, Ivanilde Apoluceno de Oliveira, docente da Universidade Estadual do Pará, problematiza a predominância da lógica da homogeneidade numa escola que se anuncia inclusiva pela diversidade. E dois artigos nos trazem vivências com alunos surdos no ensino da música e da astronomia! Lucia Helena Reily, docente da Unicamp e Márcia Regina Nepomuceno dos S. Oliveira, graduanda em Pedagogia na mesma instituição, apresentam *Práticas musicais com alunos surdos na extensão universitária: acesso e participação*. Por sua vez, Alessandra Ferreira Di Roma, mestre em educação para a ciência pela UNESP, campus Bauru, e Eder Pires de Camargo, docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) apresentam *Ensino de astronomia nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo sobre a aquisição de conceitos científicos para alunos com surdez*.

Fechando o Dossiê, Sonia Lopes Victor, docente da UFES, contribui com a reflexão sobre tema sempre presente e polêmico, *Avaliação da aprendizagem: educação especial na educação infantil*.

Mas as leituras sobre a área não terminaram nos artigos apresentados no Dossiê! Dentre os textos enviados em fluxo contínuo temos Tamiris Aparecida Fachinetti, mestranda em educação escolar, na UNESP, Araraquara; Adriana Garcia Gonçalves e Gerusa Ferreira Lourenço docentes da UFSCar, com o artigo *Atendimento educacional especializado (AEE) e a oferta para alunos com deficiência física*, cujo o foco é sobre o ensino de alunos com deficiência física, área com pouca produção de conhecimento.

Na sequência, Sandra Conceição Maria Vieira, docente da Universidade Federal de Pernambuco; Kalina Vanderlei Paiva da Silva, docente da Universidade Federal de Pernambuco; Maria do Rosário Fátima Brandão Amorim, Universidade Federal Rural de Pernambuco; Mariana Alves Souza Gama Oliveira, mestranda na Universidade Federal de Pernambuco, apresentam *Representações sociais dos professores no ensino aprendizagem do adolescente com síndrome de Down*. Impossível ler este artigo e não lembrar que neste final de ano de 2015 a mídia divulgou a formatura do primeiro aluno com síndrome de Down na Universidade Federal de Pelotas.

Ao analisar a produção do conhecimento divulgada na área de altas habilidades/superdotação, alunas e docente da Unesp de Marília: Ketilin Mayra Pedro, doutoranda em educação; Clarissa Maria Marques Ogeda, graduanda em

Pedagogia e o professor Miguel Claudio Moriel Chacon, apresentam o pequeno achado no artigo *Iniciativas de atenção ao estudante com altas habilidades/superdotação: levantamento e análise*

E fechando o elenco de artigos do segundo número da Crítica Educativa, Adriana Lia Frizman de Laplane, docente da Unicamp, com as alunas Samira Fiorezi Jajbhay (graduanda) e Jacqueline Caroline Costa Frederico (mestranda) nos perguntam: *Crianças com doença renal crônica não estudam?* Sem ler o texto poderíamos pensar que essa realidade retrata algum município de baixíssimo IDH...

E assim, colocamos o debate em aberto. Boa leitura!

Dezembro... quase Natal de 2015.